



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2024**

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é Registro de Preços para Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este consórcio, clínicas especializadas geridas pelo CISALP e dos Órgãos Participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante.

**SETOR REQUISITANTE:** Diretora de Enfermagem do CISALP – Marizete Maria Borges Matoso.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 830.690,80 (oitocentos e trinta mil, seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/01/2025 às 09h:00min

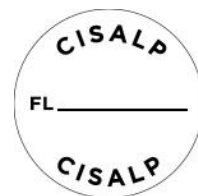
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item

**MODA DA DISPUTA:** Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim

Lagoa Formosa – MG, 07 de novembro de 2024.

**César Caetano De Almeida Filho  
PRESIDENTE DO CISALP**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2024**

**Sumário:**

- 1. Do objeto**
- 2. Do registro de preços**
- 3. Da participação na licitação**
- 4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**
- 5. Do preenchimento da proposta**
- 6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**
- 7. Da fase de julgamento**
- 8. Da fase de habilitação**
- 9. Da ata de registro de preços**
- 10. Da formação do cadastro de reserva**
- 11. Dos recursos**
- 12. Das infrações administrativas e sanções**
- 13. Da impugnação ao edital e do pedido de esclarecimento**
- 14. Disposições Gerais**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2024**

Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, portador do CNPJ nº 02.319.394/0001-70, sediado na Rua Osvaldo Avelar, nº 182, bairro Novo Horizonte, Lagoa Formosa/MG, CEP: 38.720-000, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é Registro de Preços para Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este consórcio, clínicas especializadas geridas pelo CISALP e dos Órgãos Participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante.

**1.1.** A contratação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

**2 DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados perante o Sistema Eletrônico, por meio do site: [licitanet.com.br](http://licitanet.com.br).

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5** Será assegurado a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte nos termos art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caso tenha itens com valor total igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).





**3.6.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.7** Será concedido tratamento favorecido, quando aplicável, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**3.8** Não poderão disputar esta licitação:

**3.8.1.** Aquele que não atenda as condições deste edital e seus anexos;

**3.8.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.8.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.8.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.8.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, 76, concorrendo entre si;

**3.8.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.8.8** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.8.9** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio; considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

**3.8.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição; (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).7C-021.605/2012-2. Natureza: Representação. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop. interessado: Tribunal de Contas da União. SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. GRUPO DE TRABALHO CRIADO PARA AVALIAR A LEGALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO OSCIP EM CERTAMES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. DESVIRTUAMENTO DA FORMA DE RELACIONAMENTO COM PODER PÚBLICO PREVISTA NA LEI N. 9.790/1999. QUEBRA DO PRINCÍPIO





DA ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. CIÊNCIA AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO. 1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria.

**3.8.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.9** O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua centradora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10** A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12** O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/21.

**3.14** A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de proposta e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste edital.





**4.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.4.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**4.4.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.4.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

**4.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.6.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.7** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste edital.

**4.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação e proposta e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.11.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



**4.11.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.12.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.12.2** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4.16** Caso o licitante deixe de anexar o arquivo contendo a Proposta ou parte dela nos termos do item 4.2 serão analisadas as informações registradas do Sistema Eletrônico do Portal Licitanet referente ao item da Proposta, caso o registro traga todas as informações solicitadas no Edital referente a Proposta prévia, o registro poderá ser admitido como Proposta, assegurado ao Pregoeiro o direito de rejeita-la caso não possua todas as informações solicitados neste Edital.

## **5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1** Valor unitário e total do item.

**5.1.2** Marca

**5.1.3** Modelo

**5.1.4** Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade máxima estabelecida no edital;

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, especialmente os custos de frete para a realização da entrega na sede do CISALP, que correrão por conta do licitante vencedor na hipótese de fornecimento na forma estabelecida no Termo de Referência.

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances serão exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**5.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** Na presente licitação, a Micro empresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar no regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.8.2** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, estaduais e municipais quando participarem de licitações públicas.

**5.8.3** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8.

**5.9** O descumprimento total ou parcial das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilidade pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da CF; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

**6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

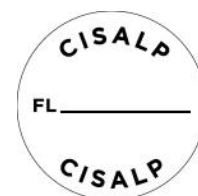
**6.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**6.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.6** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.





**6.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.8** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.9** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que indicará tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação a proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

**6.10** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.11** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.12.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.12.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.12.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.12.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.13.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores aquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.13.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.13.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na origem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.13.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





**6.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas de até 10% (dez por cento) superiores/inferiores aquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.14.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.14.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.14.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.14.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.14.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.14.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.15** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.16** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.17** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

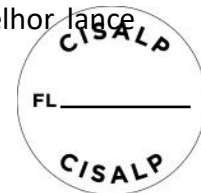
**6.18** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.20** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.21.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.





**6.21.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.21.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.22.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.21.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.21.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.21.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.21.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.22.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.21.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.21.2.2.** Empresas brasileiras;

**6.21.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.21.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





**6.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.22.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.22.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, visando à ampliação da competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa, o prazo poderá ainda ser prorrogado de ofício pelo pregoeiro.

**6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7.DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**7.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.6 deste edital.

**7.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1** Contiver vícios insanáveis;

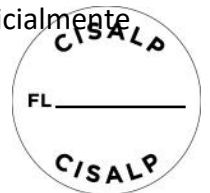




- 7.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.13** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentos complementares para a aceitação da proposta, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





**8.3** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [10%] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia, ambos em meio digital e devidamente incluídos na Plataforma LICITANET.

**8.6** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.8** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.8.1** A habilitação será verificada por meio do habilitanet, nos documentos por ele abrangidos.

**8.8.2** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.9** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.9.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.10** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.10.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET ou os que forem solicitados, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.





**8.10.2** Oportuno esclarecer que o prazo para envio da proposta reajustada e documentos de habilitação em prol do licitante vencedor, não afasta a obrigação deste de atender as condições de habilitação na data da apresentação da proposta.

**8.11** A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.11.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11.2** Respeitada e exceção do subitem anterior, relativo a regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

**8.12.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.12.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.13** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.14** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

**8.15** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.16** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**8.17** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de





Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**9.3** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada ao detentor da ata para assinatura.

**9.4** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**9.5** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**9.6** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.7** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**9.7.1** Será encaminhada a Ata de Registro de Preços em versão digital por meio do e-mail cadastrado na proposta do licitante vencedor, competindo ao mesmo a verificação e recebimento de mensagens eletrônicas para a assinatura digital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**10.1.1** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**10.1.2** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**10.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

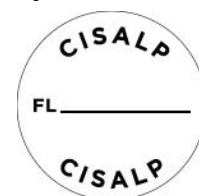
**10.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**10.3.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.





**10.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**10.4.1** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**10.4.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**11.3.3** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.4** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de link especialmente criado e divulgado para esta finalidade, quando for o caso.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**12.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**12.1.2.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4** Deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.1.5** Fraudar a licitação

**12.1.6** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.1.8** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**12.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1** Advertência;

**12.2.2** Multa;

**12.2.3** Impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.3.2** As peculiaridades do caso concreto

**12.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**12.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**12.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4** A multa será recolhida em percentual de 5% a 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 14.2.2 e 12.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

**12.4.2** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a 10% a do valor do contrato licitado.





**12.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**12.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados de forma eletrônica, através de campo específico na plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

**13.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13.6** Caso o pedido de esclarecimentos ou a impugnação sejam recebidos fora do período estipulado no item 13.2, os mesmos serão registrados como mera informação, não tendo o Pregoeiro nenhuma obrigação de respondê-los, podendo caso a dúvida ou alegação seja relevante, analisar o mérito e emitir comunicado sobre a matéria em campo específico no sítio do CISALP, bem como encaminhar a manifestação para avaliação da Autoridade competente.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cisalp.mg.gov.br](http://www.cisalp.mg.gov.br).

**14.11.** É dever do Licitante acompanhar a sessão pública durante toda a sua execução, portanto nas hipóteses em que o Pregoeiro iniciar conversa com licitante para tratar de assuntos referentes





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

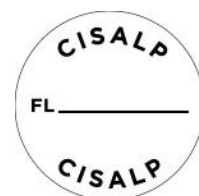
à tramitação da Sessão Pública no Chat Oficial do LICITANET, será concedido ao licitante o prazo de até 05 (cinco) minutos para resposta, a ausência de manifestação de resposta do licitante no respectivo Chat importará na decadência de seu direito e na presunção de desinteresse, estando sujeito a desclassificação parcial ou integral de sua Proposta e Habilitação.

**14.12.** Em caso de divergência entre o descrito no Termo de Referência e o descrito no portal LICITANET, prevalecem as descrições e unidades de medida contidas no Termo de Referência, sendo este parte integrante do Edital.

**14.13.** A publicação dos demais atos deste Pregão se darão no sitio Oficial do CISALP e no PNCP, cabendo ao licitante acompanhá-los, não sendo cabida a alegação de desconhecimento de atos lá publicados.

**14.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a. ANEXO I – Modelo de Declaração de Microempresa
- b. ANEXO II – Modelo de Declaração Requisitos de Habilitação
- c. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preço
- d. ANEXO IV – Modelo de Declaração Inexistência de fator superveniente
- e. ANEXO V – Modelo de Declaração de Concordância com o Edital
- f. ANEXO VI – Modelo de Declaração que não emprega menores
- g. ANEXO VII – Modelo de Declaração Empresa Optante pelo Simples Nacional
- h. ANEXO VIII – Termo de Referência
- i. ANEXO IX – Estudo Técnico Preliminar
- j. ANEXO X – Minuta de Ata de Registro de Preços
- k. ANEXO XI – Minuta de Termo de Contrato





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

## ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024**

**PROCESSO Nº 016/2024**

A EMPRESA \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como \_\_\_\_\_ (MICRO EMPRESA?, EMPRESA DE PEQUENO PORTE?) Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_

Nome Representante Legal \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

( ) declaramos possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na lei federal 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Assinatura do Representante Legal CARIMBO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº  
10.520/2002**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para fins do Registro de Preço nº 016/2024, DECLARA expressamente que:

Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

### ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

**PROCESSO LICITATÓRIO 057/2024**

**REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2024**

Razão Social do Licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ: Insc. Estadual: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_

#### REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Item	Descrição dos itens	Unid.	Qtde Anual	Valor Unitário	Valor Total
	PREENCHER PROPOSTA DE ACORDO COM ITENS E QUANTIDADES DA TABELA PRESENTE NO <b>ANEXO I PROJETO BÁSICO/ TERMO DE REFERÊNCIA.</b>				

● VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 90, 3º da Lei nº 14.133/21.

● PRAZO DE INICIO DO SERVIÇO: imediato a contar da emissão da requisição.

**OBSERVAÇÃO: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da licitante

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Registro de Preço nº 016/2024, DECLARA expressamente que:

Até a presente data, inexistem fatos supervenientes impedidos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os  
fins do Registro de Preço nº 016/2024, DECLARA expressamente que:

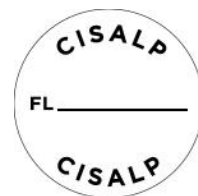
Concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

## ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

### DECLARAÇÃO

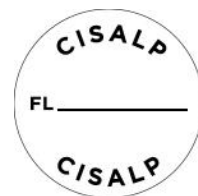
\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-  
assinado, e para os fins do Registro de Preço nº 016/2024, DECLARA para fins do disposto no inciso  
VI do art. 68 da lei 14.133, de 14 de abril de 2021, acrescido pela lei nº 9.854 de 27 de outubro de  
1999, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,  
salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, e não emprega menores de dezesseis anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

## ANEXO VII - DECLARAÇÃO EMPRESA OPTANTE SIMPLES NACIONAL

A empresa \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr (a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do Imposto de renda conf. Previsto no Art. 1º da IN 765 de 02/08/2007, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (SIMPLES NACIONAL), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) Apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal, carimbo CNPJ ou papel timbrado da empresa.



**ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA****Processo: 057/2024****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO****Condições Gerais da Contratação**

1. Registro de Preços para Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este consórcio, clínicas especializadas geridas pelo CISALP e dos Órgãos Participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante.

**1.1. Segue descritivos e quantitativos:**

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Camiseta em malha PV de poliéster, tradicional, manga curta, 67% poliéster e 33% viscose, 158G/M <sup>2</sup> , gola polo , silcada , com arte fornecida, tamanhos P, M, G, GG, XXG, nas cores azul marinho / vermelho, branco / azul marinho, branco / vermelho.	unidade	550	R\$ 43,00	R\$ 23.650,00
2	Camiseta, malha Piquet, gola polo, manga curta com punho. Com impressão em bordado personalizado frontal. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e bordado: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo bordado com até 6 cores: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante.	unidade	82	R\$ 50,65	R\$ 4.153,30
3	Camiseta, malha Piquet, gola polo, manga curta com punho e bolso frontal. Com impressão em bordado personalizado no bolso frontal. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e bordado com até 6 cores: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante	unidade	45	R\$ 40,40	R\$ 1.818,00
4	Camiseta babylook, malha Piquet, gola polo, manga curta com punho. Com impressão em bordado personalizado frontal. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e bordado: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo bordado com até 6 cores: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante.	unidade	22	R\$ 40,00	R\$ 880,00
5	Camiseta, malha PV, gola polo, manga longa com punho e bolso frontal. Com impressão personalizada no bolso frontal e nas mangas. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e impressão: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo impressão bolso: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante Modelo impressão na manga esquerda: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante Modelo impressão na manga direita: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante	unidade	23	R\$ 29,40	R\$ 676,20





6	Camiseta babylook, malha PV, gola polo, manga longa com punho e bolso frontal. Com impressão personalizada no bolso frontal e nas mangas. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e impressão: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo impressão bolso: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante Modelo impressão na manga esquerda: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante Modelo impressão na manga direita: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante	unidade	16	R\$ 33,80	R\$ 540,80
7	Pijama composto por blusa e calça. Composição de 95% poliéster e 5% elastano, modelagem alfaiataria. Com blusa em gola V com detalhe, recortes frontais, dois bolsos frontais e pences acima dos bolsos, manga curta. A calça com cós de elástico na parte traseira, barra reta com detalhe, fechamento em botão cintilante e bolso traseiro. Impressão personalizada em bordado frontal na parte superior da blusa. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG; Cor: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante; Modelo impressão: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante;	unidade	100	R\$ 89,39	R\$ 8.939,00
8	CAMISA EM BRIM 100% ALGODÃO, TECIDO MACIO, LEVE, FÁCIL DE LAVAR. TRADICIONAL COM 1 BOLSO FRONTAL, COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, SILK EM ATÉ 5 CORES NA FRENTE NO BOLSO E ATÉ 5 CORES COSTA. TAMANHO ADULTO P, M, G E GG	unidade	100	R\$ 46,63	R\$ 4.663,00
9	CAMISETA MALHA PP COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, 100% POLIESTER GOLA VE MANGA CURTA EM SUBLIMAÇÃO 25 CTS X 35 FRENTE ATÉ 4 CORES E COSTA EM SUBLIMAÇÃO 25 CTS X 35 ATÉ 4 CORES EM SUBLIMAÇÃO 12 CTS X 9 CTS NA MANGA ATÉ 4 CORES. TAMANHOS ADULTO P, M, G, GG, XGG E XXGG.	unidade	900	R\$ 54,00	R\$ 48.600,00
10	CAMISETA MANGA CURTA COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, MALHA PV, COM GOLA V, PUNHO, BOLSO, COM SILK DE ATÉ 5 CORES, NA FRENTE E COSTAS, COM LOGOMARCA DA PREFEITURA. TAMANHO ADULTO P, M, G E GG.	unidade	100	R\$ 24,00	R\$ 2.400,00
11	CAMISETA, MANGA LONGA, COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, MALHA PV 67% POLIESTER E 33% DE VISCOSE, COM GOLA REDONDA OU GOLA V, VIVO COLORIDO, PUNHO, COM SILKS DE ATÉ 5 CORES: NA FRENTE, COSTAS E MANGA, TAMANHOS ADULTO P, M, G, GG E EXGG.	unidade	300	R\$ 32,45	R\$ 9.735,00
12	CAMISETA PP, MANGA LONGA, COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, COM GOLA V COM SUBLIMAÇÃO TOTAL FRENTE E COSTA BRANCA COM PUNHO DE 5CM (COR DO PUNHO: A DEFINIR) COM SUBLIMAÇÃO PARCIAL NA MANGA. TAMANHO ADULTO, P, M, G E GG	unidade	500	R\$ 29,55	R\$ 14.775,00
13	CAMISA MASCULINA MANGA LONGA COM BOLSO BORDADO LOGOTIPO TECIDO 50% ALGODÃO 50% POLIESTER DOPPIL TAMANHO P - M - G - GG - EGG - EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE.	unidade	100	R\$ 78,75	R\$ 7.875,00
14	CAMISETE FEMININA MANGA LONGA BORDADO NO PEITO ESQUERDO LOGOTIPO TECIDO 50% ALGODÃO 50% POLIESTER DOPPIL TAMANHO P - M - G - GG - EGG - EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	100	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
15	CALÇA MASCULINA ESPORTE FINO EM TECIDO TERBRIM 100% ALGODÃO - TAMANHO P - M - G - GG - EGG - EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE.	unidade	50	R\$ 59,50	R\$ 2.975,00
16	CALÇA FEMININA MODELO ALFAIATARIA TECIDO PRADA COMPOSIÇÃO 95% POLIESTER E 5% ELASTANO - TAMANHO P - M - G - GG - EGG EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE.	unidade	50	R\$ 130,45	R\$ 6.522,50



17	SILKAGEM 11 CTS X 8 CTS EM ATÉ 4 CORES PARA APLICAÇÕES DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO	unidade	650	R\$ 12,00	R\$ 7.800,00
18	SILKAGEM 15 CTS X 29 CTS COM FUNDO BRANCO E MAIS 2 CORES EM ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO E UNIFORMES, EMBLEMA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	250	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
19	SILKAGEM 19 CTS X 29 CTS COM FUNDO BRANCO E MAIS 4 CORES PARA APLICAÇÕES DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO	unidade	650	R\$ 12,00	R\$ 7.800,00
20	SILKAGEM 9 CTS X 6 CTS COM FUNDO BRANCO E MAIS 2 CORES EM ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO E UNIFORMES EMBLEMA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	200	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
21	SILKAGEM 9 CTS X 6 CTS EM ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO E UNIFORMES EMBLEMA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	200	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
22	BONÉ, BRIM COLORIDO, COM REGULADOR EM TECIDO NA PARTE DE TRÁS, SAÚDE BUCAL, C/ SILK SCREEN 6 CORES, COM LOGOMARCA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	300	R\$ 23,75	R\$ 7.125,00
23	BONÉ NA COR CAQUI, CONFECCIONADO EM BRIM, FECHO PLÁSTICO POSSIBILITANDO A REGULAGEM NA PARTE TRASEIRA E ESCREVER COMBATE A ENDEMIAS NA PARTE FRONTAL E O BRASÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO NA LATERAL ESQUERDA DO BONÉ, COM A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM CIMA DO BRASÃO E COMBATE A ENDEMIAS ABAIXO DO BRASÃO.	unidade	300	R\$ 23,00	R\$ 6.900,00
24	BOTA DE SEGURANÇA OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO CUTURNO CONFECCIONADO EM COURO PRETO COM CURTIMENTO ATRAVESSADO 1.8/ 2.0MM LINHAS DE ESPESURAS, FECHAMENTO EM ELÁSTICO GÁSPEA INTEIRA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FIXADA PELO SISTEMA STROBEL, FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TRANSPIRÁVEL, SOLADO BORRACHA COLADO E COSTURADO(BLAQUEADO) RESISTENTE A OBJETOS CORTANTES, PERFURANTES E ABRASÃO. NUMERAÇÃO ENTRE 34 A 45. COM CA	par	300	R\$ 345,00	R\$ 103.500,00
25	TAPETE DE PORTA 40X60 CM ANTIDERRAPANTE RESISTENTE	unidade	50	R\$ 51,18	R\$ 2.559,00
26	CALÇA ADULTO TECIDO TECTEL 100% POLIAMIDA COR ESCURA COM VIES DO LADO 2 BOLSO FRENTE E 1 BOLSO TRAZEIRO SILK 5 CORES 12 CTS X 9 CTS. TAMANHO ADULTO P, M,G E GG.	unidade	1000	R\$ 42,89	R\$ 42.890,00
27	CAMISA EM BRIM 100% ALGODÃO, TECIDO MACIO, LEVE, FÁCIL DE LAVAR. TRADICIONAL COM 1 FRONTAL, COR ESCURA, SILK EM 5 CORES NA FRENTE NO BOLSO E 5 CORES COSTA. TAMANHO ADULTO P, M, G E GG	unidade	1000	R\$ 33,50	R\$ 33.500,00
28	CAMISETA, MANGA CURTA, CAMPANHAS DIVERSAS, MALHA PV 67% POLIESTER 33 VISCOSE COR BRANCA E VIVO COLORIDO NA GOLA E MANGA, COM GOLA V, C/ SILK 5 CORES, NA FRENTE E COSTAS, COM LOGOMARCA DA PREFEITURA TAMANHOS P, M, G E GG E XGG. PEDIDO MININO 20 PÇ	unidade	1000	R\$ 18,90	R\$ 18.900,00
29	CAMISOLA ABERTA NAS COSTAS, COM GOLA CARECA E MANGA JAPONESA, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO EXPORTAÇÃO E FIBRAS NATURAIS, NA ALTURA DO JOELHO. TAMANHO M, G, GG, EXG. COR A DEFINIR COM A EMPRESA VENCEDORA	unidade	400	R\$ 33,09	R\$ 13.236,00
30	CAMISOLA ABERTA NAS COSTAS, COM GOLA CARECA E MANGA JAPONESA, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO EXPORTAÇÃO E FIBRAS NATURAIS, NA ALTURA DO JOELHO. COM SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA. TAMANHO P. (CONFECCÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR	unidade	100	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00
31	CAMISOLA TRANSPASSADA COM AMARRAÇÃO EM TIRAS, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO EXPORTAÇÃO E FIBRAS NATURAIS, NA ALTURA DO JOELHO, COM SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA. TAMANHO M, G, GG, EXG. (CONFECCÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR.	unidade	400	R\$ 29,88	R\$ 11.952,00
32	CAMPO CIRÚRGICO DUPLO, 100% ALGODÃO, CONFECCIONADO EM BRIM PURO, ALGODÃO (SOL A SOL), MEDINDO: 0,60 X 0,60 CM	unidade	300	R\$ 69,99	R\$ 20.997,00
33	CAMPO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100% ALGODAO 260G/ML TAMANHO 1,50 X 1,36 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 49,99	R\$ 14.997,00



34	CAMPO CIRURGICO SEM FENESTRA EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODÃO 260G/ML APROXIMADO A 1,60 X 1,20 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 6,50	R\$ 1.950,00
35	CAMPO CIRURGICO SEM FENESTRA EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODAO 260G/ML 0,60 X 0,60 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 4,71	R\$ 1.413,00
36	CAMPO SIMPLES CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100% ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 8,20	R\$ 2.460,00
37	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. FENESTRA 10 X 10 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 13,15	R\$ 3.945,00
38	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. FENESTRA 12 X 12 CM. COR A DEFINIR	unidade	200	R\$ 16,79	R\$ 3.358,00
39	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100%ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. FENESTRA 15 X15 CM. COR A DEFINIR	unidade	200	R\$ 14,97	R\$ 2.994,00
40	CAPA PARA HAMPER EM TRANCADO CRU HOSPITALAR SARJA 3X1 TAMANHO 0,92 X 0,80 CM. COR A DEFINIR	unidade	50	R\$ 60,67	R\$ 3.033,50
41	CAPOTE CIRURGICO EM BRIM, MANGA LONGA, PUNHO CIRÚRGICO, COM DEDEIRA, CINTO E TRÊS PARES DE TIRAS PARA AMARRAR. COM SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA (CONFECCÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). TAMANHO P ,M,G GG COR E SILK A DEFINIR	unidade	320	R\$ 75,00	R\$ 24.000,00
42	TOALHA DE BANHO CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO COMPOSTO DE 100% ALGODÃO, FELPULDA, MEDINDO NO MINIMO 1,50 X 0,70 CM, MACIA, COM BOA ABSORCAO, ISENTA SUBSTÂNCIAS ALERGICAS, ROTURAS E MANCHAS. COM SILK (ARTE DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR.	unidade	100	R\$ 18,46	R\$ 1.846,00
43	TOALHA DE ROSTO; 100% ALGODAO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 X 80 CM; COM SILK (ARTE DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR.	unidade	100	R\$ 15,10	R\$ 1.510,00
44	TRAVESSEIRO PARA USO HOSPITALAR com densidade d26 enchimento de flocos de espuma de poliuretano, peso minimo 500g, costurado nas 4 bordas (sem ilhós de respiro), antiacar, antifungico antialérgico, com revestimento de napa impermeável de fácil higienização de nylon emborrachado especial de gramatura 175g/m² (não serão aceitas naps com gramatura superior a 180g/m²), de composição 100% poliamida e revestida com policloreto de vinila (não aceitaremos napa bagun 100% poliéster), cor azul escuro. comprimento 65 cm, largura 45 cm e altura 10 cm, similar, equivalente ou de melhor qualidade.	unidade	200	R\$ 40,74	R\$ 8.148,00
45	TRAVESSA CC 80 CM X 140 CM EM ALGODÃO CRU, COSTURAS REFORÇADAS PARA MAIOR DURABILIDADE DA PEÇA, EM TECIDO PROFISSIONAL RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR	unidade	100	R\$ 42,75	R\$ 4.275,00
46	COBERTOR HOSPITALAR INFANTIL NA COR AZUL ESCURO, 100% MICROFIBRA. DIMENSÕES MÍNIMAS 1,10M DE COMPRIMENTO POR 0,90 M DE LARGURA. ANTI-ALÉRGICO E ANTI MOFO QUE NÃO RETENHA UMIDADE PRÉ-ENCOLHIDO, ISENTOS DE QUALQUER DEFEITO, BORDAS ACABADAS, LOGOMARCA DA UNIDADE NO CENTRO DO COBERTOR, RESISTENTE A LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR. MEDIDA ESTAMPA 30 CM (A) X 45 CM (L)	unidade	300	R\$ 38,44	R\$ 11.532,00
47	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO AMARELO E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 250 X 1.60 SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	400	R\$ 18,00	R\$ 7.200,00
48	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO VERDE E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 2,50 X 1,60. SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	400	R\$ 15,00	R\$ 6.000,00
49	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO AZUL E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 250 X 1.60 SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	400	R\$ 47,00	R\$ 18.800,00



50	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO ROSA E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 2,50 X 1,60 ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	400	R\$ 40,00	R\$ 16.000,00
51	FRONHA EM TECIDO CRETONE BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	300	R\$ 13,00	R\$ 3.900,00
52	FRONHA EM TECIDO CRETONE LISTRADO AMARELO E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM CM SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	300	R\$ 7,50	R\$ 2.250,00
53	FRONHA EM TECIDO CRETONE LISTRADO AZUL E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	300	R\$ 7,00	R\$ 2.100,00
54	FRONHA TECIDO CRETONE LISTRADO ROSA E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	300	R\$ 12,49	R\$ 3.747,00
55	FRONHA TECIDO CRETONE LISTRADO VERDE E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM. SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	300	R\$ 10,99	R\$ 3.297,00
56	CAPA DE COLCHÃO SOLTEIRO 1,40 MTS X 2,20 MTS EM CURVIM	unidade	80	R\$ 50,00	R\$ 4.000,00
57	NAPA TIPO COURVIM COM 1,40 DE LARGURA – COR ESCURA	metro	20	R\$ 28,50	R\$ 570,00
58	TNT para Esterilização Gm40 50un POLARFIX (120x120cm)	unidade	2000	R\$ 76,15	R\$ 152.300,00
59	TOUCAS E LUVAS PERSONALIZADAS MODELO HOSPITALAR- 0 A 3 MESES FEITA EM MALHA SUEGINE 100% ALGODÃO PRÓPRIA PARA BEBE - MEDIDAS DA TOUCA 17 COMPRIMENTO X 15 CM DE LARGURA (CIRCUNFERENCIA TOTAL 30 CM) ALTURA: 12 CM LARGURA: 10 CM COM LOGOMARCA CENTRALIZADA A DEFINIR	conjunto	150	R\$ 18,31	R\$ 2.746,50
60	PIJAMA ADULTO TAMANHO G EXG, , CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO, ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX, COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ACABAMENTO NA CINTURA COM CADARÇO, ACABAMENTO PERNA SEM RIBANA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	400	R\$ 83,33	R\$ 33.332,00
61	PIJAMA ADULTO TAMANHO M ,CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO, ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX, COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ACABAMENTO NA CINTURA COM CADARÇO, ACABAMENTO PERNA SEM RIBANA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5CM L	conjunto	100	R\$ 105,00	R\$ 10.500,00
62	PIJAMA INFANTIL TAMANHO M (4 A 7 ANOS) CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX. COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA DE MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA, MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	100	R\$ 49,50	R\$ 4.950,00
63	PIJAMA INFANTIL TAM G (8 A 12 ANOS) CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA 15 COR VERDE CLARO ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX. COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA DE MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA, MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	100	R\$ 39,81	R\$ 3.981,00



64	PIJAMA INFANTIL; TAMANHO P (1 A 3 ANOS) CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX. COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA DE MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA, MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	100	R\$ 44,66	R\$ 4.466,00
65	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM LEVE, CAMISA EM GOLA (V OU CARECA), COM UM BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, MANGA JAPONESA, CALÇA COM ELÁSTICO E CORDÃO E DOIS BOLSOS NA FRENTE. SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA DA CAMISA (CONFEÇÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). TAMANHO P, G ,GG ,EXG. COR E SILK A DEFINIR	conjunto	320	R\$ 92,90	R\$ 29.728,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 830.690,80</b>

1.2. A aquisição objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desse Registro de Preços não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/21.

1.4. A validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal 14.133/21.

1.5. A ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

1.6. A validade do contrato derivado da ata de registro de preços, será firmado sob o regime de fornecimento e aquisição de itens personalizados e terá sua vigência máxima definida pela soma do prazo relativo à entrega dos itens com o prazo relativo a 5 (cinco) anos contados da data de recebimento do objeto inicial, autorizada a prorrogação na forma do art. 107 desta Lei.

1.7. Com espeque nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, entende-se por justificável aplicar os benefícios previstos nos artigos 47 e 48 e inciso I da referida Lei Complementar.

1.8. Na hipótese em que itens restritos à MEs e EPPs nos termos do inciso 1 do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não obtiverem no mínimo 03 (três) concorrentes participantes, o item à critério da autoridade superior poderá ser revogado por interesse público nos termos do inciso II do art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO





2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudos Técnico Preliminar.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

Descrição da Solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto:

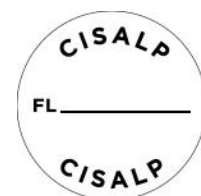
3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa capaz de atender as demandas de materiais personalizados e o fornecimento de todos os insumos necessários para a confecção dos referidos materiais, mediante as especificações técnicas, estimativas de quantitativos e prazos, entre outras condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **4.2. A Contratada deve apresentar os seguintes requisitos:**

- a) Após assinatura da ata do SRP, a Contratada deverá enviar 01 unidade dos itens para conferência de tamanhos e modelos assim levando a aprovação da contratante em até 10 (dez) dias úteis;
- b) Fornecer os itens, objeto deste estudo técnico preliminar de forma geral observando atentamente as características e especificações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da expedição da ordem de fornecimento pelo CISALP, que será encaminhada via e-mail previamente indicado pelo fornecedor, que também será responsável por manter o referido e-mail atualizado;
- c) Garantir qualidade e entrega dentro do prazo estipulado para entrega dos itens;
- d) Ser responsável por qualquer erro na arte, impressão ou outra avaria que os itens venham apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e caso necessário realizar a troca dos itens;
- e) A contratada deverá cumprir com o objeto de acordo com as determinações e especificações descritas, atendendo as necessidades do CISALP;
- f) A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do objeto.





g) A aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

h) Os itens deverão ser entregues no endereço e horário conforme estabelecido pela CONTRATANTE no momento da requisição.

i) A contratada não poderá subcontratar a execução de seus serviços.

4.3. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em

**Contrato Administrativo.**

4.5. A Contratada deverá estar regular com todas as obrigações fiscais.

**Sustentabilidade:**

4.5. Os requisitos da contratação incluindo os critérios de sustentabilidade foram tratados no tópico 5 do Estudo técnico preliminar.

**Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vistoria**

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega dos itens.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de Execução**

5.1.1. Início da execução do objeto: Após a Contratante enviar a Requisição de Compras (via e-mail), onde definirá com a contratada a arte para personalização dos itens, a empresa contratada deverá enviar para aprovação da Contratante, 01 (um) modelo do item solicitado (conforme citado no item 4.2.);

5.1.2. Fornecer o objeto deste documento, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da expedição da ordem de fornecimento pelo CISALP, que será encaminhada via e-mail previamente indicado pelo fornecedor, que também será responsável por manter o referido e-mail atualizado.





5.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização por Servidor competente do CISALP, quanto a problemas e defeitos dos itens adquiridos.

5.1.4. Substituir o produto, quando do surgimento de eventuais defeitos verificados, ou quando o produto entregue não corresponder ao solicitado, atendendo o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

5.1.5. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os produtos sejam entregues nas dependências do CISALP, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes, etc.

5.1.6. Caso a especificação do objeto fornecido não corresponder às exigidas do presente instrumento, o fornecimento deverá ser refeito no prazo indicado no item 5.1.4. independente da aplicação das penalidades cabíveis no edital.

5.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.8. O local de entrega, está situado na Rua Osvaldo Avelar, nº 182 – CEP: 38.720.000, Bairro Novo Horizonte, Lagoa Formosa - Minas Gerais e dos demais órgãos participantes nos endereços informado pelos municípios.

5.1.9. O recebimento dos uniformes se dará por empregado designado de segunda à sexta feira (somente dias úteis de funcionamento do CISALP) das 07:30h às 11:00h retornando aos recebimentos de 13:00h às 16:00horas.

5.1.10. Qualquer entrega fora do local e horário previsto, e ainda, fora do prazo de entrega poderá ser devolvida, sem prejuízo às sanções previstas em lei.

5.1.11. As entregas se darão conforme a demanda do CISALP, de forma fracionada ou não, conforme as necessidades da instituição, devendo o vencedor cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo de Referência.

5.1.12. O fracionamento a que se refere o item 5.10. importará na obrigação do fornecimento de qualquer quantidade do item com preço registrado e/ou contratado, sendo defeso ao fornecedor alegar inviabilidade de entrega por motivos de custos vinculados à solicitação fracionada, competindo ao mesmo o atendimento das ordens de fornecimento independentemente da quantidade ou do valor constante da respectiva ordem de fornecimento.





5.1.13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte.

5.1.14. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega dos itens.

5.1.15. As caixas e volumes nos quais os materiais vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

5.1.16. O recebimento dos itens será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no presente Termo de Referência.

5.1.17. Caso não sejam cumpridas as exigências deste Termo de Referência, o Fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações, sem nenhum ônus para o Consórcio, e ficará sujeito às penalidades previstas neste Termo.

5.1.18. Em casos excepcionais de falta de algum item constante na Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento emitida, a empresa deverá efetivar a remessa dos demais, justificando fundamentadamente os motivos da falta, que serão avaliados pelos solicitantes para o efeito de aplicação ou não de penalidades.

5.1.19. O acondicionamento e transporte dos materiais devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos, para que eles sejam devidamente protegidos para garantir a integridade dos mesmos.

## **6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta na contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.





6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos serviços pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**





7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para o e-mail: [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br) para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

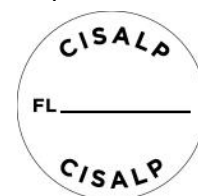
### **7.8. Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **7.8.1. Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Resolução nº 02/2024 do CISALP).

O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a





regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria 012/2024 do CISALP).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Resolução nº 02/2024 do CISALP).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria 012/2024 do CISALP).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Portaria 012/2024 do CISALP).

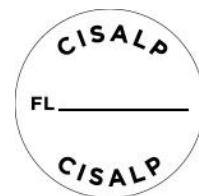
#### **7.8.2. Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria 012/2024 do CISALP).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria 012/2024 do CISALP).

#### **7.9. Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria 012/2024 do CISALP).





O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Resolução nº 02/2024 do CISALP).

O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO, INDICADORES E MONITORAMENTO**

### **Do recebimento**

8.1. Os uniformes deverão ser entregues, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após recebimento da ordem de serviços e toda a tramitação será acompanhada pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, 1, a, da Lei n 14.133).





8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da entrega dos itens a que se referem a parcela a ser paga.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar a entrega correta dos itens para execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos mesmos, realizados em consonância com os indicadores previstos, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento a entrega do objeto devidamente em acordo com o discriminado;

8.6.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o pagamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

8.6.3. A fiscalização não autorizará o pagamento dos produtos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

8.6.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.





8.8. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo estipulado neste documento e/ou pela autoridade normativa de gestão e fiscalização sobre a execução do presente objeto, contados do recebimento provisório, os relatórios pós execução e entrega dos produtos, para acompanhar a FICHA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO DE RECURSO DE CUSTEIO COMPLEMENTAR PARA SSAI (anexo V da Resolução 9064/23) para repasse do percentual e monitoramento ao final da vigência, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento próprio do CISALP;

8.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos itens entregues, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.





## **Liquidação**

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.14.1. Os prazos de validade;

8.14.2. A data da emissão;

8.14.3. Os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;

8.14.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.14.5. O valor a pagar; e

8.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a contratante.

8.15.1 O prazo para a correção de que trata o item 8.10. por parte do fornecedor/prestador de serviço será estipulado pelo fiscal de contrato e/ou autoridade normativa de gestão e fiscalização sobre a execução do presente objeto;

8.15.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade



de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.23. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pela contratada, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8.28. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

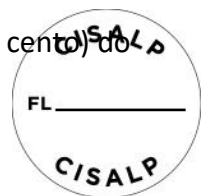
8.29. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

### **Das Retenções Fiscais**

8.30. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.31. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

8.32. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do





valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

8.33. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. Será utilizado para a presente aquisição/prestação de serviço o procedimento auxiliar - sistema de REGISTRO DE PREÇOS previsto no art. 78, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, por ser mais vantajoso ao tipo de objeto e ainda considerando todas as condições previstas no ETP.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidade do contratante.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREIME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas condizente com a atividade proposta.

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

#### **Qualificação Técnica**

9.22. Comprovar a qualificação técnica e operacional mediante apresentação dos seguintes documentos:

Atestado que comprove aptidão para o desempenho de atividade e/ou fornecimento pertinente e compatível ao objeto da presente licitação, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### **Declarações**

9.23. Declaração de Microempresa

9.24. Requisitos de Habilitação

9.25. Inexistência de fator superveniente

9.26. Declaração de Concordância com o Edital

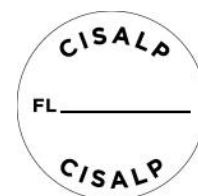
9.27. Declaração que não emprega menores

9.28. Declaração Empresa Optante pelo Simples Nacional

**ESSAS DECLARAÇÕES PODERÃO SER SUBSTITUIDAS PELA DECLARAÇÃO ÚNICA GERADA PELO SISTEMA LICITANET**

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**VALOR TOTAL:** R\$ 830.690,80 (oitocentos e trinta mil, seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).





10.1. Para a realização da estimativa do valor do presente estudo, o CISALP baseou-se na pesquisa de mercado realizada no Banco de Preços e diretamente com empresas especializadas no fornecimento destes itens, onde foi considerado o valor mediano de cada item para apurar o valor praticado no mercado.

10.1.2. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas para a completa entrega dos itens.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**5.1.1.10.302.9001.2.901.3.3.90.30 - Ficha 4**

**5.1.5.10.302.9005.2.911.3.3.90.30 - Ficha 96**

## **12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

12.1. Fornecer os itens de forma geral observando atentamente o fluxo estabelecido, as características e especificações, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar, no Edital, na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência.

12.2. Respeitar as normas técnicas atinentes a fabricação do item, garantindo qualidade.

12.3. Prestar qualquer informação que se fizer necessária.

12.4. O prazo de entrega dos produtos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis a contar da data da expedição da ordem de fornecimento pelo CISALP, que será encaminhada via e-mail previamente indicado pelo fornecedor, que também será responsável por manter o referido e-mail atualizado.

12.5. Entregar os produtos em conformidade com o Edital no endereço definido pela Contratante.

12.6. Apresentar e disponibilizar, à Contratante, soluções que a mantenham atualizadas à segurança e à qualidade dos materiais e bens duráveis.

12.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, apresentando sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

12.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto aos preços praticados na ata de registro de preços.

12.10. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto, de acordo com as especificações determinadas neste Termo de Referência, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos itens disponibilizados.

12.11. Manter-se, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.





12.12. Todos os custos com transporte, frete, insumos e mão-de-obra serão sem ônus para a CONTRATANTE.

12.13. Ser responsável por qualquer dano e/ou defeitos que o item vir a apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

12.14. Cumprir com toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do objeto.

12.15. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.16. Entregar os itens no endereço pré-definido pela Contratante.

### **13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

13.1. Efetuar os pedidos de fornecimento do (s) item (s) em conformidade com o edital e a ata de registro de preços assinados.

13.2. Encaminhar a solicitação de fornecimento do (s) item (s) por e-mail.

13.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento do (s) item (s) solicitado (s).

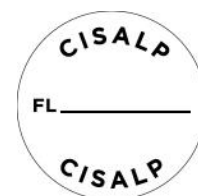
13.4. Comunicar formalmente e imediatamente a Contratada do item, qualquer anormalidade no fornecimento (entrega) de qualquer (is) item (s), podendo suspender a entrega em desacordo com as especificações contidas no edital para que o (s) mesmo (s) possa ser substituído (s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sem acréscimo de valor.

13.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.6. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os itens sejam entregues corretamente.

13.7. A existência da fiscalização não eximirá a empresa contratada de nenhuma responsabilidade técnica.

13.8. Dar ciência à empresa contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução da Ata de registro de preços e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

13.9. Pagar à contratada o valor resultante dos itens, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

13.11. Disponibilizar todas as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.

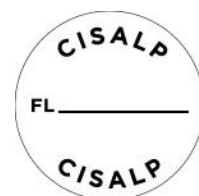
13.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

#### **14. RESPONSÁVEIS**

A responsável por este Termo de Referência, é a Diretora de Enfermagem do CISALP: Marizete Maria Borges Matoso.

Lagoa Formosa, 14 de outubro de 2024.

**Marizete Maria Borges Matoso**  
**DIRETORA DE ENFERMAGEM DO CISALP**  
**SETOR REQUISITANTE**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**ANEXO IX - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Número do Processo: 057/2024**

**1.1. Categoria do objeto.**

Aquisição de itens personalizados.

**1.2. Processo Administrativo.**

Registro de Preços para Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este consórcio, clínicas especializadas geridas pelo CISALP e dos Órgãos Participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. Considerando a necessidade de aquisição de itens personalizados como uniformes, a serem distribuídos aos funcionários, entes consorciados e parceiros, visando a valorização e reconhecimento destas pessoas, bem como para serem utilizados diariamente nas atividades a serem cumpridas pela administração pública, impactando positivamente no alcance de metas e resultando em bom planejamento, maior organização das tarefas, praticidade em reuniões/visitas de negócios, cursos e palestras.

O objetivo é além de colaborar na organização do ambiente e das tarefas, também promover o desenvolvimento e a divulgação em visitas técnicas, eventos e assembleias do CISALP, aumentando as possibilidades de negócio, crescimento territorial, o que consequentemente proporcionará um maior número de usuários beneficiados com a prestação de serviços oferecida pelo CISALP.

O CISALP, mediante planejamento estratégico, entende a importância do relacionamento com clientes, fomentando novos negócios e do relacionamento com a comunidade.

2.2. Fundamenta-se legalmente a contratação no art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.





### 3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
DIRETORA DE ENFERMAGEM DO CISALP	MARIZETE MARIA BORGES MATOSO

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa capaz de atender as demandas de confecção de uniformes e o fornecimento de todos os insumos necessários para a confecção dos referidos materiais, mediante as especificações técnicas, estimativas de quantitativos e prazos, entre outras condições estabelecidas no Termo de Referência.

#### 4.2. A Contratada deve apresentar os seguintes requisitos:

- a) Após assinatura da ata do SRP, a Contratada deverá enviar 01 unidade dos itens para conferência de tamanhos e modelos assim levando a aprovação da contratante em até 10 (dez) dias úteis;
- b) Fornecer os itens, objeto deste estudo técnico preliminar de forma geral observando atentamente as características e especificações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da expedição da ordem de fornecimento pelo CISALP, que será encaminhada via e-mail previamente indicado pelo fornecedor, que também será responsável por manter o referido e-mail atualizado.
- c) Garantir qualidade e entrega dentro do prazo estipulado para entrega dos itens;
- d) Ser responsável por qualquer erro na arte, impressão ou outra avaria que os itens venham apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e caso necessário realizar a troca dos itens;
- e) A contratada deverá cumprir com o objeto de acordo com as determinações e especificações descritas, atendendo as necessidades do CISALP;
- f) A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do objeto.
- g) A aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta;
- h) Os itens deverão ser entregues no endereço e horário conforme estabelecido pela CONTRATANTE no momento da requisição.





i) A contratada não poderá subcontratar a execução de seus serviços.

4.2. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.

4.3. A Contratada deverá estar regular com todas as obrigações fiscais.

## **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. Para atendimento aos critérios de sustentabilidade orientamos que as empresas licitantes observem:

a) A execução do serviço, buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes;

b) Uso de materiais menos agressivos ao meio ambiente;

c) A racionalização por meio de soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos;

d) Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a confecção dos produtos.

5.2. Para o bom atendimento da legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação será processada por meio eletrônico, sendo assim, todos os documentos a serem encaminhados pelo licitante se darão pela forma digital, a fim de evitar a impressão de papel.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1. O CISALP adotou a metodologia tradicional, onde foram realizadas pesquisas de preço no mercado e banco de preços, respeitada a isonomia entre os licitantes de forma a selecionar a proposta mais vantajosa e o custo benefício significativo ao Consórcio. Assim, buscando garantir a boa qualidade dos produtos e de empresas comprometidas e capacitadas para fornecer os itens.

Por fim, declaramos que o objeto do presente termo se enquadra como bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

7.1. Conforme se observa pelo levantamento de mercado realizado, concluímos que a solução que se mostrou mais vantajosa, técnica e econômica será a realização de procedimento licitatório





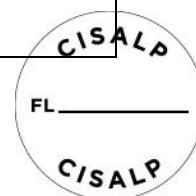
Registro de Preços, para que seja realizada a aquisição de uniformes, considerando que o consórcio irá conseguir preço compatível para o objeto proposto, inclusive no que diz respeito aos requisitos necessários.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Considerando a quantidade atual de funcionários, entes consorciados e parceiros; e ainda considerando o planejamento de novas contratações e consorciações, aos quais podemos disponibilizar os itens em comento, a estimativa foi calculada com por cada município participante com base em seu quadro de colaboradores, conforme ofícios recebidos. Segue a tabela com as quantidades totais:

### 8.2. Segue quantitativos:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO
1	Camiseta em malha PV de poliéster, tradicional, manga curta, 67% poliéster e 33% viscose, 158G/M <sup>2</sup> , gola polo, silcada, com arte fornecida, tamanhos P, M, G, GG, XXG, nas cores azul marinho / vermelho, branco / azul marinho, branco / vermelho.	unidade	550	R\$ 43,00
2	Camiseta, malha Piquet, gola polo, manga curta com punho. Com impressão em bordado personalizado frontal. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e bordado: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo bordado com até 6 cores: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante.	unidade	82	R\$ 50,65
3	Camiseta, malha Piquet, gola polo, manga curta com punho e bolso frontal. Com impressão em bordado personalizado no bolso frontal. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e bordado com até 6 cores: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante	unidade	45	R\$ 40,40
4	Camiseta babylook, malha Piquet, gola polo, manga curta com punho. Com impressão em bordado personalizado frontal. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e bordado: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo bordado com até 6 cores: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante.	unidade	22	R\$ 40,00
5	Camiseta, malha PV, gola polo, manga longa com punho e bolso frontal. Com impressão personalizada no bolso frontal e nas mangas. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e impressão: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo impressão bolso: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo impressão na manga esquerda: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo impressão na manga direita: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante	unidade	23	R\$ 29,40





6	Camiseta babylook, malha PV, gola polo, manga longa com punho e bolso frontal. Com impressão personalizada no bolso frontal e nas mangas. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG. Cor camiseta: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Cor detalhe gola, punho e impressão: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante. Modelo impressão bolso: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante Modelo impressão na manga esquerda: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante Modelo impressão na manga direita: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante	unidade	16	R\$ 33,80
7	Pijama composto por blusa e calça. Composição de 95% poliéster e 5% elastano, modelagem alfaiataria. Com blusa em gola V com detalhe, recortes frontais, dois bolsos frontais e pences acima dos bolsos, manga curta. A calça com cós de elástico na parte traseira, barra reta com detalhe, fechamento em botão cintilante e bolso traseiro. Impressão personalizada em bordado frontal na parte superior da blusa. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e EXG; Cor: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante; Modelo impressão: a definir posteriormente de acordo com a especificação do contratante;	unidade	100	R\$ 89,39
8	CAMISA EM BRIM 100% ALGODÃO, TECIDO MACIO, LEVE, FÁCIL DE LAVAR. TRADICIONAL COM 1 BOLSO FRONTAL, COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, SILK EM ATÉ 5 CORES NA FRENTE NO BOLSO E ATÉ 5 CORES COSTA. TAMANHO ADULTO P, M, G E GG	unidade	100	R\$ 46,63
9	CAMISETA MALHA PP COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, 100% POLIESTER GOLA VE MANGA CURTA EM SUBLIMAÇÃO 25 CTS X 35 FRENTE ATÉ 4 CORES E COSTA EM SUBLIMAÇÃO 25 CTS X 35 ATÉ 4 CORES EM SUBLIMAÇÃO 12 CTS X 9 CTS NA MANGA ATÉ 4 CORES. TAMANHOS ADULTO P, M, G, GG, XGG E XXGG.	unidade	900	R\$ 54,00
10	CAMISETA MANGA CURTA COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, MALHA PV, COM GOLA V, PUNHO, BOLSO, COM SILK DE ATÉ 5 CORES, NA FRENTE E COSTAS, COM LOGOMARCA DA PREFEITURA. TAMANHO ADULTO P, M, G E GG.	unidade	100	R\$ 24,00
11	CAMISETA, MANGA LONGA, COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, MALHA PV 67% POLIESTER E 33% DE VISCOSE, COM GOLA REDONDA OU GOLA V, VIVO COLORIDO, PUNHO, COM SILKS DE ATÉ 5 CORES: NA FRENTE, COSTAS E MANGA, TAMANHOS ADULTO P, M, G, GG E EXGG.	unidade	300	R\$ 32,45
12	CAMISETA PP, MANGA LONGA, COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, COM GOLA V COM SUBLIMAÇÃO TOTAL FRENTE E COSTA BRANCA COM PUNHO DE 5CM (COR DO PUNHO: A DEFINIR) COM SUBLIMAÇÃO PARCIAL NA MANGA. TAMANHO ADULTO, P, M, G E GG	unidade	500	R\$ 29,55
13	CAMISA MASCULINA MANGA LONGA COM BOLSO BORDADO LOGOTIPO TECIDO 50% ALGODÃO 50% POLIESTER DOPPIL TAMANHO P - M - G - GG - EGG -EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE.	unidade	100	R\$ 78,75
14	CAMISETE FEMININA MANGA LONGA BORDADO NO PEITO ESQUERDO LOGOTIPO TECIDO 50% ALGODÃO 50% POLIESTER DOPPIL TAMANHO P - M - G - GG - EGG -EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	100	R\$ 80,00
15	CALÇA MASCULINA ESPORTE FINO EM TECIDO TERBRIM 100% ALGODÃO - TAMANHO P - M - G - GG- EGG – EXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE.	unidade	50	R\$ 59,50
16	CALÇA FEMININA MODELO ALFAIATARIA TECIDO PRADA COMPOSIÇÃO 95% POLIESTER E 5% ELASTANO - TAMANHO P - M - G - GG - EGGEXG. COR A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE.	unidade	50	R\$ 130,45



17	SILKAGEM 11 CTS X 8 CTS EM ATÉ 4 CORES PARA APLICAÇÕES DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO	unidade	650	R\$ 12,00
18	SILKAGEM 15 CTS X 29 CTS COM FUNDO BRANCO E MAIS 2 CORES EM ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO E UNIFORMES, EMBLEMA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	250	R\$ 12,00
19	SILKAGEM 19 CTS X 29 CTS COM FUNDO BRANCO E MAIS 4 CORES PARA APLICAÇÕES DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO	unidade	650	R\$ 12,00
20	SILKAGEM 9 CTS X 6 CTS COM FUNDO BRANCO E MAIS 2 CORES EM ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO E UNIFORMES EMBLEMA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	200	R\$ 12,00
21	SILKAGEM 9 CTS X 6 CTS EM ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO E UNIFORMES EMBLEMA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	200	R\$ 12,00
22	BONÉ, BRIM COLORIDO, COM REGULADOR EM TECIDO NA PARTE DE TRÁS, SAÚDE BUCAL, C/ SILK SCREEN 6 CORES, COM LOGOMARCA A DEFINIR POSTERIORMENTE DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE	unidade	300	R\$ 23,75
23	BONÉ NA COR CAQUI, CONFECCIONADO EM BRIM, FECHO PLÁSTICO POSSIBILITANDO A REGULAGEM NA PARTE TRASEIRA E ESCREVER COMBATE A ENDEMIAS NA PARTE FRONTAL E O BRASÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO NA LATERAL ESQUERDA DO BONÉ, COM A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM CIMA DO BRASÃO E COMBATE A ENDEMIAS ABAIXO DO BRASÃO.	unidade	300	R\$ 23,00
24	BOTA DE SEGURANÇA OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO CUTURNO CONFECCIONADO EM COURO PRETO COM CURTIMENTO ATRAVESSADO 1.8/ 2.0MM LINHAS DE ESPESURAS, FECHAMENTO EM ELÁSTICO GÁSPEA INTEIRA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FIXADA PELO SISTEMA STROBEL, FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TRANSPIRÁVEL, SOLADO BORRACHA COLADO E COSTURADO(BLAQUEADO) RESISTENTE A OBJETOS CORTANTES, PERFURANTES E ABRASÃO. NUMERAÇÃO ENTRE 34 A 45. COM CA	par	300	R\$ 345,00
25	TAPETE DE PORTA 40X60 CM ANTIDERRAPANTE RESISTENTE	unidade	50	R\$ 51,18
26	CALÇA ADULTO TECIDO TECTEL 100% POLIAMIDA COR ESCURA COM VIES DO LADO 2 BOLSO FRENTE E 1 BOLSO TRAZEIRO SILK 5 CORES 12 CTS X 9 CTS. TAMANHO ADULTO P, M,G E GG.	unidade	1000	R\$ 42,89
27	CAMISA EM BRIM 100% ALGODÃO, TECIDO MACIO, LEVE, FÁCIL DE LAVAR. TRADICIONAL COM 1 FRONTAL, COR ESCURA, SILK EM 5 CORES NA FRENTE NO BOLSO E 5 CORES COSTA. TAMANHO ADULTO P, M, G E GG	unidade	1000	R\$ 33,50
28	CAMISETA, MANGA CURTA, CAMPANHAS DIVERSAS, MALHA PV 67% POLIESTER 33 VISCOSE COR BRANCA E VIVO COLORIDO NA GOLA E MANGA, COM GOLA V, C/ SILK 5 CORES, NA FRENTE E COSTAS, COM LOGOMARCA DA PREFEITURA TAMANHOS P, M, G E GG E XGG. PEDIDO MINIMO 20 PÇ	unidade	1000	R\$ 18,90
29	CAMISOLA ABERTA NAS COSTAS, COM GOLA CARECA E MANGA JAPONESA, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO EXPORTAÇÃO E FIBRAS NATURAIS, NA ALTURA DO JOELHO. TAMANHO M, G ,GG , EXG . COR A DEFINIR COM A EMPRESA VENCEDORA	unidade	400	R\$ 33,09
30	CAMISOLA ABERTA NAS COSTAS, COM GOLA CARECA E MANGA JAPONESA, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO EXPORTAÇÃO E FIBRAS NATURAIS, NA ALTURA DO JOELHO. COM SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA. TAMANHO P. (CONFECCÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR	unidade	100	R\$ 42,00
31	CAMISOLA TRANSPASSADA COM AMARRAÇÃO EM TIRAS, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO EXPORTAÇÃO E FIBRAS NATURAIS, NA ALTURA DO JOELHO, COM SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA. TAMANHO M , G,GG , EXG. (CONFECCÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR.	unidade	400	R\$ 29,88
32	CAMPO CIRÚRGICO DUPLO, 100% ALGODÃO, CONFECCIONADO EM BRIM PURO, ALGODÃO (SOL A SOL), MEDINDO: 0,60 X 0,60 CM	unidade	300	R\$ 69,99
33	CAMPO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100% ALGODAO 260G/ML TAMANHO 1,50 X 1,36 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 49,99



34	CAMPO CIRURGICO SEM FENESTRA EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODÃO 260G/ML APROXIMADO A 1,60 X 1,20 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 6,50
35	CAMPO CIRURGICO SEM FENESTRA EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODAO 260G/ML 0,60 X 0,60 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 4,71
36	CAMPO SIMPLES CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100% ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 8,20
37	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. FENESTRA 10 X 10 CM. COR A DEFINIR	unidade	300	R\$ 13,15
38	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100% ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. FENESTRA 12 X 12 CM. COR A DEFINIR	unidade	200	R\$ 16,79
39	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO (TIPO SOL A SOL) 100%ALGODAO 260G/ML 0,50 X 0,50 CM. FENESTRA 15 X15 CM. COR A DEFINIR	unidade	200	R\$ 14,97
40	CAPA PARA HAMPER EM TRANCADO CRU HOSPITALAR SARJA 3X1 TAMANHO 0,92 X 0,80 CM. COR A DEFINIR	unidade	50	R\$ 60,67
41	CAPOTE CIRURGICO EM BRIM, MANGA LONGA, PUNHO CIRÚRGICO, COM DEDEIRA, CINTO E TRÊS PARES DE TIRAS PARA AMARRAR. COM SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA (CONFEÇÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). TAMANHO P ,M,G GG COR E SILK A DEFINIR	unidade	320	R\$ 75,00
42	TOALHA DE BANHO CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO COMPOSTO DE 100% ALGODÃO, FELPULDA, MEDINDO NO MINIMO 1,50 X 0,70 CM, MACIA, COM BOA ABSORCAO, ISENTA SUBSTÂNCIAS ALERGICAS, ROTURAS E MANCHAS. COM SILK (ARTE DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR.	unidade	100	R\$ 18,46
43	TOALHA DE ROSTO; 100% ALGODAO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 X 80 CM; COM SILK (ARTE DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). COR E SILK A DEFINIR.	unidade	100	R\$ 15,10
44	TRAVESSEIRO PARA USO HOSPITALAR com densidade d26 enchimento de flocos de espuma de poliuretano, peso minimo 500g, costurado nas 4 bordas (sem ilhós de respiro), antiacar, antifungico antialérgico, com revestimento de napa impermeável de fácil higieniação de nylon emborrachado especial de gramatura 175g/m <sup>2</sup> (não serão aceitas naps com gramatura superior a 180g/m <sup>2</sup> ), de composição 100% poliamida e revestida com policloreto de vinila (não aceitaremos napa bagun 100% poliéster), cor azul escuro. comprimento 65 cm, largura 45 cm e altura 10 cm, similar, equivalente ou de melhor qualidade.	unidade	200	R\$ 40,74
45	TRAVESSA CC 80 CM X 140 CM EM ALGODÃO CRU, COSTURAS REFORÇADAS PARA MAIOR DURABILIDADE DA PEÇA, EM TECIDO PROFISSIONAL RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR	unidade	100	R\$ 42,75
46	COBERTOR HOSPITALAR INFANTIL NA COR AZUL ESCURO, 100% MICROFIBRA. DIMENSÕES MÍNIMAS 1,10M DE COMPRIMENTO POR 0,90 M DE LARGURA. ANTI-ALERGICO E ANTI MOFO QUE NÃO RETENHA UMIDADE PRE-ENCOLHIDO, ISENTOS DE QUALQUER DEFEITO, BORDAS ACABADAS, LOGOMARCA DA UNIDADE NO CENTRO DO COBERTOR, RESISTENTE A LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR. MEDIDA ESTAMPA 30 CM (A) X 45 CM (L)	unidade	300	R\$ 38,44
47	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO AMARELO E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 250 X 1.60 SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	400	R\$ 18,00
48	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO VERDE E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 2,50 X 1,60. SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	400	R\$ 15,00
49	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO AZUL E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 250 X 1.60 SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	400	R\$ 47,00



50	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO ROSA E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 2,50 X 1,60 ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	400	R\$ 40,00
51	FRONHA EM TECIDO CRETONE BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	300	R\$ 13,00
52	FRONHA EM TECIDO CRETONE LISTRADO AMARELO E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM CM SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	300	R\$ 7,50
53	FRONHA EM TECIDO CRETONE LISTRADO AZUL E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	300	R\$ 7,00
54	FRONHA TECIDO CRETONE LISTRADO ROSA E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA	unidade	300	R\$ 12,49
55	FRONHA TECIDO CRETONE LISTRADO VERDE E BRANCO. 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM 53 X 85 CM. SILKADOS ESCRITO "HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA LAPA"	unidade	300	R\$ 10,99
56	CAPA DE COLCHÃO SOLTEIRO 1,40 MTS X 2,20 MTS EM CURVIM	unidade	80	R\$ 50,00
57	NAPA TIPO COURVIM COM 1,40 DE LARGURA – COR ESCURA	metro	20	R\$ 28,50
58	TNT para Esterilização Gm40 50un POLARFIX (120x120cm)	unidade	2000	R\$ 76,15
59	TOUCAS E LUVAS PERSONALIZADAS MODELO HOSPITALAR- 0 A 3 MESES FEITA EM MALHA SUEGINE 100% ALGODÃO PRÓPRIA PARA BEBE - MEDIDAS DA TOUCA 17 COMPRIMENTO X 15 CM DE LARGURA (CIRCUNFERENCIA TOTAL 30 CM) ALTURA: 12 CM LARGURA: 10 CM COM LOGOMARCA CENTRALIZADA A DEFINIR	conjunto	150	R\$ 18,31
60	PIJAMA ADULTO TAMANHO G EXG, , CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO, ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX, COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ACABAMENTO NA CINTURA COM CADARÇO, ACABAMENTO PERNA SEM RIBANA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	400	R\$ 83,33
61	PIJAMA ADULTO TAMANHO M , CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO, ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX, COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ACABAMENTO NA CINTURA COM CADARÇO, ACABAMENTO PERNA SEM RIBANA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM L	conjunto	100	R\$ 105,00
62	PIJAMA INFANTIL TAMANHO M (4 A 7 ANOS) CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX. COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA DE MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA, MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	100	R\$ 49,50
63	PIJAMA INFANTIL TAM G (8 A 12 ANOS) CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA 15 COR VERDE CLARO ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX. COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA DE MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA, MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	100	R\$ 39,81





64	PIJAMA INFANTIL; TAMANHO P (1 A 3 ANOS) CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE CLARO ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO, GRAMATURA MÍNIMA DE 150G/M <sup>2</sup> , RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL E HOSPITALAR, UNISSEX. COMPOSTO POR 02 PEÇAS SENDO CAMISA DE MANGA CURTA, DECOTE GOLA V E CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA. COM LOGOMARCA LATERALIZADA, MEDIDA ESTAMPA 5 CM (A) X 5 CM (L)	conjunto	100	R\$ 44,66
65	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM LEVE, CAMISA EM GOLA (V OU CARECA), COM UM BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, MANGA JAPONESA, CALÇA COM ELÁSTICO E CORDÃO E DOIS BOLSOS NA FRENTE. SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA DA CAMISA (CONFEÇÃO DA ARTE DO SILK DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA). TAMANHO P, G, GG, EXG. COR E SILK A DEFINIR	conjunto	320	R\$ 92,90

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**VALOR TOTAL:** R\$ 830.690,80 (oitocentos e trinta mil, seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

9.1. Para a realização da estimativa do valor do presente estudo, o CISALP baseou-se na pesquisa de mercado realizada no Banco de Preços e diretamente com empresas especializadas no fornecimento destes itens, onde foi considerado o valor mediano de cada item para apurar o valor praticado no mercado.

9.2. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas para a completa entrega dos itens.

9.3. Portanto, as informações de cálculo e os documentos que dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente aquisição seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com a formalização de pesquisa de mercado.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não se vislumbrando, no momento motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em 65 itens.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependes para a viabilidade desta contratação, uma vez que a instalação dos itens, treinamentos e demais despesas agregadas deverão estar inclusos.

## 12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



12.1. De acordo com o planejamento do CISALP, a aquisição dos uniformes já estava alinhada, visto que anualmente necessitamos de substituir algumas peças além de que também ocorre a entrada de novos colaboradores.

12.2. Tal previsão não estava contemplada no plano anual de contratação do CISALP, considerando que esse projeto foi celebrado recentemente, porém, o documento será preparado pela equipe técnica do consórcio visando a sua implantação a ocorrer posteriormente.

### 13. ANÁLISE DE RISCOS

13.1. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que podem comprometer o sucesso da contratação. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível de risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

FASE DE ANÁLISE	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
<b>Risco 1: <i>Impugnação ao ato convocatório em razão do princípio da igualdade ser contrariado por meio de exigências que restringem a competitividade do certame.</i></b>	
<b>Probabilidade:</b> Baixa	
<b>Impacto:</b> Médio	
<b>Dano:</b> Retardamento do processo licitatório/contratação.	
Ação Preventiva	Responsável
Disponibilizar, no instrumento convocatório, apenas exigências concisas e pertinentes	Equipe de Planejamento da Contratação do CISALP.
Ação de Contingência	Responsável
Decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.	Setor de Licitação / Pregoeiro
<b>Risco 2: <i>Licitante cometer infração administrativa (não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços; apresentar documentação falso e deixar de</i></b>	



<b>entregar os documentos exigidos no certame; ensejar o retardamento da execução do objeto; não manter a proposta; cometer fraude fiscal; comportar-se de modo inidôneo).</b>	
<b>Probabilidade:</b> Médio	
<b>Impacto:</b> Médio	
<b>Dano:</b> Retardamento do processo licitatório/contratação.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Dar ciência aos licitantes que os atos de infração administrativa serão sujeitos às sanções administrativas previstas em lei.	Setor de Licitação / Pregoeiro
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Instaurar processo de sanção administrativa, observada a fase da contratação.	Setor de Licitação ou Gestor da Ata de Registro de Preços.
Contratação de fornecedor remanescente do cadastro de reserva, se houver.	Setor de Licitações.
<b>Risco 3: O fornecedor descumprir com as condições da ata de registro de preços.</b>	
<b>Probabilidade:</b> Baixo	
<b>Impacto:</b> Baixo	
<b>Dano:</b> Cancelamento do registro do fornecedor	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Dar ciência ao fornecedor das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.	Gestor da Ata de Registro de Preços
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Cancelamento do(s) registro(s), formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa	Gestor da Ata de Registro de Preços
Contratação de fornecedor remanescente do cadastro de reserva, se houver.	Setor de licitações.
<b>Risco 4: Fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.</b>	
<b>Probabilidade:</b> Baixa	
<b>Impacto:</b> Baixa	
<b>Dano:</b> Cancelamento do registro do fornecedor	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Dar ciência ao fornecedor da possibilidade de cancelamento do(s) registro(s) no caso de não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.	Gestor da Ata de Registro de Preço
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>



Instauração de processo de sanção administrativa e cancelamento do(s) registro(s), formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.	Gestor da Ata de Registro de Preços
Contratação de fornecedor remanescente do cadastro de reserva, se houver.	Setor de licitações.
<b>Risco 5: Fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior áqueles praticados no mercado</b>	
<b>Probabilidade:</b> Média	
<b>Impacto:</b> Alto	
<b>Dano:</b> Cancelamento do registro do fornecedor	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Dar ciência ao fornecedor da possibilidade de cancelamento do(s) registro(s) no caso de não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior áqueles praticados no mercado.	Gestor da Ata de Registro de Preços
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Cancelamento do(s) registro(s), formalizado por despacho do órgão gerenciador	Gestor da Ata de Registro de Preços
Contratação de fornecedor remanescente do cadastro de reserva, se houver	Setor de licitações

#### 14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

- Eficiência e organização das atividades finalísticas e de comunicação do Consórcio;
- Promover o desenvolvimento e a divulgação do CISALP;

#### 15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não existem providências a serem tomadas para realização da presente aquisição.

#### 16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Na aquisição do presente objeto, orientamos os fornecedores que utilizem produtos que tenham especificações ambientais sustentáveis em suas características, com o intuito de minimizar possíveis impactos ambientais gerados com especificações inadequadas, tais como:

- Impactos em recursos naturais como fauna, flora, solo, ar e água;





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

- Emissão de gases e outros poluentes gerados por materiais perigosos ou tóxicos;
- Impactos gerados pela utilização de materiais não recicláveis e ainda com menor vida útil, etc.

## **17. DECLARAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

Frente a todo exposto no presente ETP, que trata sobre a Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este consórcio e clínicas especializadas geridas pelo CISALP, a equipe de planejamento da contratação entende ser VIÁVEL e RAZOÁVEL a contratação do presente objeto.

## **18. RESPONSÁVEIS**

A responsável por este Estudo Técnico Preliminar, é a Diretora de Enfermagem do CISALP: Marizete Maria Borges Matoso.

Lagoa Formosa, 17 de setembro de 2024.

**Marizete Maria Borges Matoso**  
**DIRETORA DE ENFERMAGEM DO CISALP**  
**SETOR REQUISITANTE**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

**ANEXO X – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DO PARANAÍBA – CISALP**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

**O Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto do Paranaíba – CISALP** portador do CNPJ nº 02.319.394/0001-70, sediado na Rua Osvaldo Avelar, nº 182, Bairro Novo Horizonte, em Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.720-000, neste ato representado por seu Presidente Sr. César Caetano de Almeida Filho, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2024., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ...../2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para futuras, parceladas e eventuais aquisições, sem garantia de consumo mínimo, em concordância as necessidades constantes de suprir as demandas no fornecimento de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este consórcio, clínicas especializadas geridas pelo CISALP e órgãos participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante, em concordância a (s) descrição (ões) detalhada (s) constante (s) neste instrumento, sendo o pagamento de acordo com o menor preço apresentado por item. Termo de Referência, anexo VIII do edital de Licitação nº 057/2024 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:





Item	Descrição dos itens	Unid.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto do Paranaíba – CISALP.

**3.2.** Órgãos participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

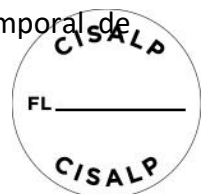
**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.





**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.8.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

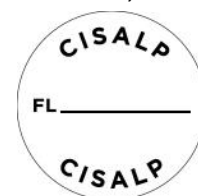
**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.





**5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

**5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

**5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.





**5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.





## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.





**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

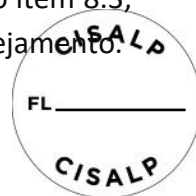
**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.





## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**





**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em meio digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal (is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

Anexo





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

## ANEXO XI

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DO ALTO PARANAÍBA

(Processo Administrativo nº 057/2024)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DO PARANAÍBA, E [NOME DA EMPRESA].**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto do Paranaíba - CISALP, portador do CNPJ nº 02.319.394/0001-70, com sede administrativa na Rua Osvaldo Avelar, nº 182, Bairro Novo Horizonte, em Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.720-000, neste ato representado por seu Presidente César Caetano de Almeida Filho, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) -----, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº -----, sediado(a) na -----, em ----- doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ----- (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 057/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços em confecção de uniformes através de serviços diversificados em atendimento a demanda do CISALP, dos municípios que compõem este





consórcio, clínicas especializadas geridas pelo CISALP e dos Órgãos Participantes: Carmo do Paranaíba, Lagamar e Vazante.

**1.2.** Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.3.** Objeto da contratação:

Item	Descrição dos itens	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
	PREENCHER PROPOSTA DE ACORDO COM ITENS E QUANTIDADES DA TABELA PRESENTE NO <b><u>ANEXO I PROJETO BÁSICO/ TERMO DE REFERÊNCIA.</u></b>			

**1.4.** Vinculam está contratação, independentemente de transcrição:

**1.4.1.** O Termo de Referência;

**1.4.2.** O Edital da licitação;

**1.4.3.** A Proposta do contratado;

**1.4.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação será iniciado na data da assinatura do presente contrato vigerá por 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando tratar-se de fornecimento de natureza contínua.

**2.1.1.** À prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.





## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ -----(-----).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

### Do recebimento

6.1. Os uniformes deverão ser entregues, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após recebimento da ordem de serviços e toda a tramitação será acompanhada pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, 1, a, da Lei n 14.133).

6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da entrega dos itens a que se referem a parcela a ser paga.

6.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar a entrega correta dos itens para execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos mesmos, realizados em consonância com os indicadores previstos, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento a entrega do objeto devidamente em acordo com o discriminado;





6.6.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o pagamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

6.6.3. A fiscalização não autorizará o pagamento dos produtos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

6.6.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.8. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo estipulado neste documento e/ou pela autoridade normativa de gestão e fiscalização sobre a execução do presente objeto, contados do recebimento provisório, os relatórios pós execução e entrega dos produtos, para acompanhar a FICHA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO DE RECURSO DE CUSTEIO COMPLEMENTAR PARA SSAI (anexo V da Resolução 9064/23) para repasse do percentual e monitoramento ao final da vigência, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento próprio do CISALP;

6.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;





6.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos itens entregues, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

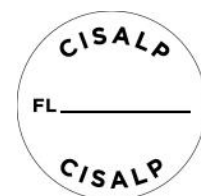
6.14.1. Os prazos de validade;

6.14.2. A data da emissão;

6.14.3. Os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;

6.14.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.14.5. O valor a pagar; e





6.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a contratante.

6.15.1 O prazo para a correção de que trata o item 8.10. por parte do fornecedor/prestador de serviço será estipulado pelo fiscal de contrato e/ou autoridade normativa de gestão e fiscalização sobre a execução do presente objeto;

6.15.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

6.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.17. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para





que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.20. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

6.22. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.23. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

6.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pela contratada, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.

6.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.27. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.28. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.





6.29. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

### **6.31. Das Retenções Fiscais**

**6.31.1.** Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**6.31.2.** DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

**6.31.3.** DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

**6.31.4.** A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.2.** Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Efetuar os pedidos de fornecimento do (s) item (s) em conformidade com o edital e a ata de registro de preços assinados.

8.2. Encaminhar a solicitação de fornecimento do (s) item (s) por e-mail.

8.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento do (s) item (s) solicitado (s).

8.4. Comunicar formalmente e imediatamente a Contratada do item, qualquer anormalidade no fornecimento (entrega) de qualquer (is) item (s), podendo suspender a entrega em desacordo com as especificações contidas no edital para que o (s) mesmo (s) possa ser substituído (s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sem acréscimo de valor.

8.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.6. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os itens sejam entregues corretamente.

8.7. A existência da fiscalização não eximirá a empresa contratada de nenhuma responsabilidade técnica.





8.8. Dar ciência à empresa contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução da Ata de registro de preços e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

8.9. Pagar à contratada o valor resultante dos itens, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

8.11. Disponibilizar todas as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.

8.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. Fornecer os itens de forma geral observando atentamente o fluxo estabelecido, as características e especificações, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar, no Edital, na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência.

9.2. Respeitar as normas técnicas atinentes a fabricação do item, garantindo qualidade.

9.3. Prestar qualquer informação que se fizer necessária.

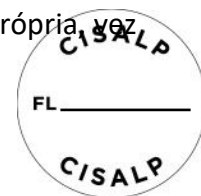
9.4. O prazo de entrega dos produtos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis a contar da data da expedição da ordem de fornecimento pelo CISALP, que será encaminhada via e-mail previamente indicado pelo fornecedor, que também será responsável por manter o referido e-mail atualizado.

9.5. Entregar os produtos em conformidade com o Edital no endereço definido pela Contratante.

9.6. Apresentar e disponibilizar, à Contratante, soluções que a mantenham atualizadas à segurança e à qualidade dos materiais e bens duráveis.

9.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.

9.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.





que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, apresentando sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

9.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto aos preços praticados na ata de registro de preços.

9.10. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto, de acordo com as especificações determinadas neste Termo de Referência, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos itens disponibilizados.

9.11. Manter-se, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.12. Todos os custos com transporte, frete, insumos e mão-de-obra serão sem ônus para a CONTRATANTE.

9.13. Ser responsável por qualquer dano e/ou defeitos que o item vir a apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

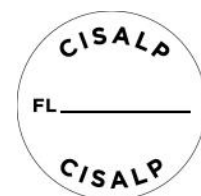
9.14. Cumprir com toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do objeto.

9.15. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.16. Entregar os itens no endereço pré-definido pela Contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.





## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;





(2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

(3) ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.5.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**12.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste





Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**12.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**13.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.





**13.5.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

**13.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISALP deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

##### **Exercício de 2024:**

**5.1.1.10.302.9001.2.901.3.3.90.30 - Ficha 4**

**5.1.5.10.302.9005.2.911.3.3.90.30 - Ficha 96**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.





### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Lagoa Formosa - MG, XXX de XXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO(A)

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

**CISALP**

